

# Comportamento partidário: Uma aplicação da Teoria da Acção Racional (\*)

ANA POTES (\*\*)

## 1. INTRODUÇÃO

Este estudo integra-se na área da Psicologia Política e devido ao facto desta derivar da Ciência Política, a abordagem a esta última, mais especificamente, à interdisciplinariedade existente entre ela e a Psicologia, torna-se pertinente. A voz mais significativa no campo da Ciência Política, Harold Lasswell, começou uma série de definições que deixaram uma marca permanente no pensamento desta área (Lane, 1963). Em 1950, Lasswell e Kaplan avançaram com uma definição que se revelou bastante abrangente: «O objecto de estudo da Ciência Política é constituído pela conduta de pessoas com várias perspectivas de acção, organizadas em grupos de complexidade diversa». Quando o cientista político examina as áreas da Psicologia, a sua atenção foca, inevitavelmente, a literatura que lida com a liderança, a opinião pública, o autoritarismo e com outros tópicos que têm uma aplicabilidade substancialmente mais clara aos seus problemas de estudo. As áreas da Psicologia que oferecem uma maior contribuição ao cientista político são

os campos da Psicologia Social e da Psicologia Clínica e, pode acrescentar-se, ainda, a interrelação entre os dois. Pode enumerar-se uma série de contribuições ao estudo dos processos políticos, quer por parte da Psicologia, quer por parte da Ciência Política. Dado o seu objecto de estudo (o comportamento partidário), a presente investigação é um exemplo do contributo da primeira.

Este estudo teve como objectivo testar a teoria da acção racional de Ajzen e Fishbein (1980). Concretamente, tentou observar-se se pelo facto de existir uma atitude e uma norma subjectiva favoráveis a um determinado comportamento, levava a uma intenção para o desempenhar. O domínio comportamental escolhido para testar a teoria foi o comportamento de voto, já que este campo tem sido bastante referido na literatura como um dos contextos em que a predição da intenção e do comportamento, utilizando a teoria da acção racional, tem sido mais bem sucedida (Ajzen, 1987; Ajzen, & Fishbein, 1981). Para esta análise foram considerados os partidos políticos portugueses com maior projecção eleitoral, ou seja, o CDS/PP, PSD, PS e PCP. Analisou-se a posição dos inquiridos face a cada um desses partidos separadamente com o objectivo de se estudar se existiriam diferenças ao nível das variáveis preditoras da intenção de voto para cada um deles. Dada a dificuldade em se obterem os dados relativamente ao comportamento de voto dos sujeitos que fizeram parte da amostra, pro-

---

(\*) Expresso o meu agradecimento a todos aqueles que, de forma directa ou indirecta, tornaram possível a realização deste estudo e, muito especialmente, à Professora Elizabeth Sousa.

Este artigo integra uma dissertação de Licenciatura em Psicologia, na vertente Social.

(\*\*) Investigadora na Unidade de Investigação em Psicologia Social, ISPA.

curou-se apenas predizer a sua intenção de voto nas eleições para o Parlamento Europeu de 1994. Pretendeu-se, além disso, analisar qual o papel do comportamento passado na predição da intenção de voto, na medida em que vários estudos têm apontado para o papel desta variável (e.g., Bentler, & Speckart, 1979).

### 1.1. *A Teoria da Acção Racional*

Esta é uma das teorias que foca um processo de decisão deliberado, em que o determinante imediato do comportamento é a intenção. Foi desenvolvida por Ajzen e Fishbein (1975; Fishbein, 1967; Ajzen, & Fishbein, 1980). Para Stahlberg e Frey (1988) a teoria da acção racional é o modelo mais influente e popular sobre a relação atitude-comportamento. Esta teoria refere-se à conceptualização das atitudes no quadro das abordagens do tipo expectativa-valor. Segundo esta abordagem, a componente expectativa de uma atitude refere-se às consequências percebidas do objecto da atitude relativamente aos objectivos do indivíduo. A componente valor refere-se à avaliação dos objectivos relacionados com o objecto da atitude. De acordo com este tipo de modelos, os indivíduos irão escolher, de vários caminhos alternativos de acção, aquele que tem uma maior probabilidade de conduzir a consequências positivas e de evitar consequências negativas. Desta forma, uma atitude é predizida pela multiplicação dessas duas componentes, associadas com cada um dos atributos, e adicionando os produtos daí resultantes (Stahlberg, & Frey, 1988). O objectivo da teoria da acção racional é o de predizer e compreender o comportamento de um indivíduo. Foi formulada para lidar com os comportamentos sobre os quais os indivíduos têm um alto grau de controlo voluntário que, segundo Ajzen e Fishbein (1981), são aqueles que mais interesse têm suscitado nos domínios da Psicologia Social. Para Ajzen (1987) o controlo sobre o comportamento pode ser visto como um contínuum. Num extremo, estão os comportamentos em que o indivíduo pode decidir, livremente, se os quer desempenhar ou não. Um bom exemplo disto é a escolha de voto: assim que o eleitor entrega o boletim de voto a selecção entre partidos e/ou candidatos pode ser feita. No outro extremo, estão acontecimentos sobre os quais se tem muito

pouco ou nenhum controlo. Para Ajzen (1987) as intenções captam os factores motivacionais que têm impacto no comportamento. Os indivíduos formam intenções de forma a engrenarem numa certa acção. Mas as intenções podem mudar ao longo do tempo, sendo a exactidão da predição maior, quanto menor fôr o intervalo de tempo entre a medição da intenção e a observação comportamental.

De acordo com a teoria da acção racional, a intenção de um indivíduo é função de dois determinantes básicos:

*Atitude Comportamental* – grau em que o indivíduo tem uma avaliação favorável ou desfavorável do comportamento em questão (Ajzen, 1987; Stahlberg e Frey, 1988).

*Norma subjectiva* – a pressão social percebida para desempenhar ou não o comportamento (Ajzen, 1987; Ajzen e Fishbein, 1981).

Em síntese, um indivíduo terá a intenção de desempenhar um comportamento quando o avalia positivamente e quando pensa que aqueles que lhe são importantes (e.g., pais, amigos) consideram que ele o deve desempenhar (Ajzen, & Fishbein, 1981). Para Ajzen e Fishbein (1981) a teoria da acção racional assume que a importância de cada uma destas componentes (atitude e norma subjectiva), em determinar a intenção varia em função do comportamento em questão, da situação e da população alvo de investigação. Mas quer a norma subjectiva, quer a atitude são determinadas por crenças de diversa ordem (Ajzen, & Fishbein, 1981). De acordo com Ajzen e Fishbein (1981), na maior parte das circunstâncias, um pequeno número de crenças serve como determinante da intenção. A atitude é proposta como sendo uma função de crenças comportamentais salientes acerca das consequências percebidas do comportamento e pela avaliação dessas consequências de um modo valorativo-expectante (Pieters, 1988; Cuerrier et al., 1992). Por outro lado, as normas subjectivas são determinadas por crenças normativas, ou seja, expectativas sobre o que os outros pensam que se deve fazer e a motivação para cumprir com essas normas (Stahlberg e Frey, 1988). Para Echabe et al. (1988) os autores desta teoria acreditaram que o resto das variáveis que poderiam ser consideradas (comportamento passado, variáveis demográficas, etc.) reflectiam-se nas

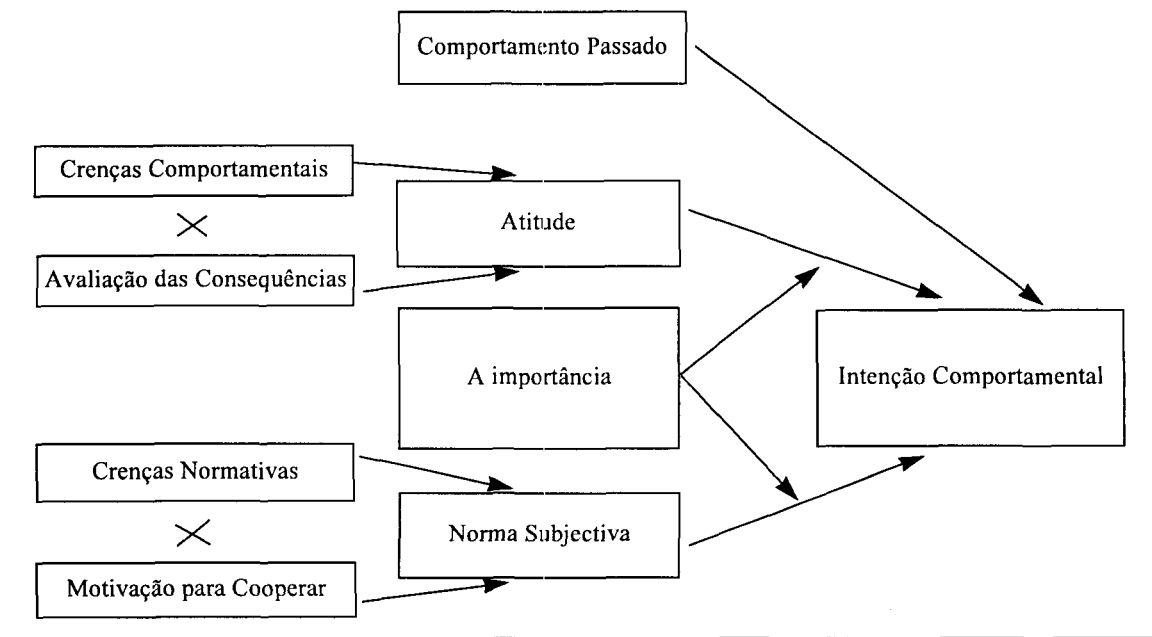
duas componentes tomadas em consideração (atitude e norma subjectiva) e que a sua integração explícita na teoria não melhorava a exactidão da predição (Ajzen, & Fishbein, 1980). Mas a teoria da acção racional tem sido alvo de algumas críticas e de modificações. Uma dessas críticas partiu de autores como Bentler e Speckart (1979). Para eles, o comportamento passado é um importante elemento preditivo do comportamento do sujeito, que se manifesta directamente nas intenções e no comportamento e não indirectamente como o assumiu a teoria da Acção Racional.

### 1.2. *Comportamento de Voto e Teoria da Acção Racional*

Segundo Ajzen e Fishbein (1981) o voto fornece ao cidadão uma oportunidade para se tornar directamente envolvido no processo político. Estes autores referiram que relativamente ao comportamento de voto podem distinguir-se algumas contribuições importantes. Para começar, a investigação sistemática neste domínio começou com a *Escola Columbia*, mais concretamente com o trabalho pioneiro de Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1944). Uma das suas maiores conclusões foi a de que as características sociais determinam a preferência política. Estes autores concluíram igualmente que as campanhas políticas têm pouco ou nenhum efeito na eleição. Os indivíduos tendem a expôr-se a comunicações que são favoráveis às suas próprias predisposições. O insucesso dos mass media na influência de voto sugere que a influência interpessoal desempenha um papel mais importante nas decisões de voto do que a exposição às campanhas. Lazarsfeld et al. (1944) analisaram ainda a imagem do votante que, no decurso da campanha, muda a sua intenção de voto de um partido para outro. Esses indivíduos são descritos como estando menos interessados na eleição, menos preocupados com os seus resultados, menos atentos ao material político, os últimos a chegar a uma decisão de voto e os mais susceptíveis de serem persuadidos pelo contacto pessoal e não por um determinado assunto da eleição. Posteriormente, foi constituída a *Escola Michigan* (1952) que tentou examinar a investigação realizada pela escola anterior, no domínio do comportamento de voto. Foram apontadas vá-

rias críticas à Escola Columbia. Avançou-se, então, com a alternativa de que o comportamento de voto seria determinado imediatamente por factores psicológicos que mediarão os efeitos das características sociais. No seu maior estudo, o grupo de Michigan (Campbell, Gurin, & Miller, 1954) apurou que a escolha de voto foi primeiramente determinada, em grande escala, pela identificação partidária. Para Sears (1969), a identificação partidária aparece, também, como um dos maiores responsáveis pela variância nas decisões de voto individual. Campbell (1964) descreveu a identificação partidária (o sentimento de ligação pessoal a um determinado partido), como constante ao longo da vida de um indivíduo. Assim, a estabilidade do comportamento eleitoral é atribuída à influência a longo termo da identificação partidária (Ajzen, & Fishbein, 1981). Abrams e Emler (1992) afirmaram que a teoria da identificação partidária, proposta por Butler e Stokes (1974) sugere que os indivíduos tendem a estabelecer um compromisso geral com um partido político particular, que esta lealdade é herdada de família e que filtram informação política de modo a permitir a formação e a manutenção de atitudes que são consistentes com a sua própria identificação partidária. Segundo Ajzen e Fishbein (1981) o debate sobre o comportamento de voto tem-se, recentemente, centrado no papel dos factores intelectuais e na racionalidade subjacente ao processo de voto. Tem havido uma preocupação renovada acerca do papel da ideologia no comportamento de voto (Field, & Anderson, 1969; Pierce, & Rose, 1974) e o conceito de eleitor racional, referido na teoria de Down (1957), está cada vez mais a atrair a atenção (Goldberg, 1969; Klecka, 1971; Shapiro, 1969). Apesar destes novos focos de interesse, muito poucos investigadores criticaram as conclusões alcançadas pelo grupo de Michigan ou a metodologia na qual elas se basearam. Estes trabalhos recentes não pretenderam refutar os anteriores mas, sim, afirmar que o eleitor mudou. De acordo com a teoria da acção racional de Ajzen e Fishbein (1981), pode predizer-se a escolha de um eleitor a partir da sua intenção de voto. Estes autores salientam mesmo que esta teoria pode ser aplicada à predição e à compreensão do comportamento de voto em qualquer tipo de eleição. A intenção de votar num dado partido é determinada pela atitude do indivíduo

FIGURA 1  
O modelo testado neste trabalho



face ao voto nesse partido e pela sua norma subjectiva. As atitudes dos indivíduos face aos partidos políticos são determinadas pelas suas crenças de que os partidos estão associados a certos atributos e posições sobre assuntos e, pelas suas avaliações desses atributos e assuntos. Ajzen e Fishbein (1981) concluíram que estas crenças são extremamente exactas. As normas subjectivas são determinadas pelas crenças do indivíduo acerca do que ele considera serem as posições daqueles que lhe são importantes e pela motivação para seguir essas normas. Um dos resultados a que estes autores chegaram foi que, no que diz respeito à política, os indivíduos têm uma motivação relativamente baixa para seguirem os seus referentes e que parecem discriminar pouco o papel dos vários referentes (e.g., país, amigos, cônjuge). As descobertas destas autores demonstraram que os eleitores estão conscientes das desvantagens e vantagens de votar num dado partido e que as suas decisões de voto têm estas considerações em conta. Ajzen e Fishbein consideram que os indivíduos utilizam uma estratégia iminentemente racional.

Deste modo, pretendeu-se testar se o facto do

indivíduo ter votado num determinado partido político nas últimas eleições em que participou, juntamente com a atitude e a norma subjectiva referente a cada um dos quatro partidos políticos em questão (CDS/PP, PS, PSD e PCP), prediziam a sua intenção de voto nas eleições de 1994 para o Parlamento Europeu (Figura 1). A atitude face a cada um dos partidos políticos foi obtida, em primeiro lugar, através da multiplicação das crenças comportamentais pela avaliação das consequências dessas mesmas crenças. Posteriormente, procedeu-se à adição de cada um desses produtos. Em relação à norma subjectiva, o processo utilizado foi praticamente o mesmo: Começou-se por multiplicar as crenças normativas pela motivação para o indivíduo cooperar com essas crenças, adicionando, depois, esses produtos.

Assim, consideraram-se as seguintes hipóteses:

1. Independentemente do posicionamento partidário dos inquiridos (CDS/PP, PSD, PS e PCP), o comportamento passado terá uma maior influência na predição da intenção de voto do que

a atitude e a norma subjectiva (Echabe et al., 1988).

2. Independentemente do posicionamento partidário dos inquiridos (CDS/PP, PSD, PS e PCP), a norma subjectiva terá uma maior importância na predição da intenção de voto, do que a atitude (Echabe et al., 1988).

A informação fornecida por este estudo sobre a natureza da relação entre as variáveis foi não-experimental. O estudo realizado foi correlacional já que focou a associação de variáveis e a sua força de associação (positiva/negativa). Mais especificamente, procurou-se a associação entre uma variedade de variáveis «preditoras» e quatro variáveis «critério» (intenção de voto para cada um dos partidos políticos).

## 2. MÉTODO

### 2.1. *Sujeitos*

A amostra deste estudo foi constituída por 160 sujeitos, 91 homens (57%) e 69 mulheres (43%), com uma idade média de 27 anos e um desvio-padrão de 10 anos. Destes sujeitos, 94 eram estudantes universitários, 21 quadros superiores, 12 empregados, sete operários, 15 funcionários públicos e 11 indivíduos de outras profissões. O processo de amostragem utilizado foi a amostragem por conveniência, na medida em que a escolha dos sujeitos pelas diversas faculdades, locais de trabalho e pela rua não foi aleatória.

### 2.2. *Instrumento*

Com base no estudo efectuado por Echabe e Rovira (1988), e procedendo-se às devidas alterações, junto de um grupo de 30 pessoas com as mesmas características da amostra utilizada, chegou-se à seguinte lista de crenças comportamentais, que foi usada no questionário definitivo, relativa aos quatro partidos políticos em questão: (a) Votar irá conduzir à melhoria do modo de vida (saúde, emprego, educação, ...), (b) O partido político tem democracia interna, (c) As estratégias adoptadas pelo partido político coincidem com os momentos eleitorais, (d) Votar irá conduzir à resolução dos problemas da po-

pulação, (e) Votar irá conduzir à mera distribuição de posições de poder entre os seus membros, (f) Votar irá conduzir a uma representação eficiente da população portuguesa no Parlamento Europeu, (g) Votar irá conduzir à defesa dos interesses de alguns grupos sociais (lobbies, etc.), (h) Votar irá conduzir à defesa dos direitos das minorias, (i) O partido político manipula a população, e (j) Votar irá conduzir à protecção de fenómenos de corrupção. Esta lista foi utilizada como a base para avaliar a componente atitudinal da teoria. Aos sujeitos foi pedido para indicarem a probabilidade de cada um dos partidos políticos se situar em cada uma dessas crenças comportamentais. Os partidos em questão foram, como já foi referido, o Centro Democrata Social/Partido Popular (CDS/PP), Partido Social Democrata (PSD), Partido Socialista (PS) e Partido Comunista Português (PCP). Para se proceder a esta avaliação, foram utilizadas 10 escalas de quatro pontos (1= extremamente improvável; 2= improvável; 3= provável; 4= extremamente provável). Os sujeitos foram igualmente inquiridos sobre o modo como avaliavam cada uma das crenças, de acordo com 10 escalas de quatro pontos (1= muito negativo; 2= negativo; 3= positivo; 4= muito positivo). Estes procedimentos permitiram a posterior combinação das consequências percebidas do acto de votar em cada um dos partidos e as respectivas avaliações em quatro números distintos representando a atitude total dos sujeitos face a cada um dos partidos. De forma a obter-se a sua norma subjectiva, foi-lhes pedido para indicarem as suas expectativas sobre o voto dos seus familiares, amigos e colegas nos partidos políticos em causa, utilizando, para o efeito, três escalas de quatro pontos (1= muito negativa; 2= negativa; 3= positiva; 4= muito positiva). Com a finalidade de se saber a disposição com que os sujeitos inquiridos estavam motivados a seguir a posição que percepcionavam que os seus familiares, amigos e colegas assumiriam, usaram-se três escalas de quatro pontos (1= extremamente improvável; 2= improvável; 3= provável; 4= extremamente provável). Os sujeitos foram, também, inquiridos sobre a importância que a opinião desses grupos teria para eles. Para tal, utilizaram-se três escalas de quatro pontos (1= nada importante; 2= pouco importante; 3= importante; 4= muito importante). Estes referentes foram escolhidos já que são,

geralmente, utilizados nas pesquisas que se baseiam no modelo de Ajzen e Fishbein (Vala, & Caetano, 1993). Para se obter uma estimativa do comportamento passado, foi questionado aos sujeitos em qual dos partidos políticos mencionados tinham votado, nas últimas eleições. Para o efeito, recorreu-se a uma questão de resposta fechada, com várias categorias. Foram, também, convidados a indicar, a sua intenção de voto nas eleições para o Parlamento Europeu, utilizando-se para o efeito quatro escalas de quatro pontos (1= extremamente improvável; 2= improvável; 3= provável; 4= extremamente provável). Foi efectuada uma questão sobre a importância do voto para os sujeitos, formulada através de uma escala de quatro pontos (1= discordo totalmente; 2= discordo; 3= concordo; 4= concordo totalmente). Pretendeu-se, também, avaliar a atitude face ao acto de votar em cada um dos partidos políticos mencionados, utilizando para tal uma escala de quatro pontos (1= muito negativo; 2= negativo; 3= positivo; 4= muito positivo). Para finalizar, ao nível das questões de resposta fechada, os inquiridos foram confrontados com uma questão sobre a imperatividade da defesa da soberania nacional, apresentada numa escala de quatro pontos (1= discordo totalmente; 2= discordo; 3= concordo; 4= concordo totalmente).

Do questionário fizeram, ainda, parte três questões de resposta aberta:

1. Quando pensa em democracia que ideias lhe ocorrem?;
2. Quando pensa em partidos políticos que ideias lhe ocorrem?;
3. Quando pensa em Assembleia da República que ideias lhe ocorrem?.

Por último, foi recolhida informação sobre algumas características socio-demográficas como o sexo, a idade, a profissão e as habilitações literárias dos sujeitos.

### 2.3. Procedimento

O questionário realizado com a finalidade de testar o modelo de Ajzen e Fishbein (1980), foi utilizado um mês antes das eleições para o Parlamento Europeu, que se realizaram no dia 12 de Junho de 1994. Os questionários foram aplicados individualmente em diversos estabelecimentos

de ensino superior da área de Lisboa, na rua, nos locais de trabalho, etc. O preenchimento do questionário demorou cerca de 20 minutos, tendo sido garantida a confidencialidade dos dados.

### 3. RESULTADOS

Sendo o objectivo deste estudo o de testar a teoria da acção racional de Ajzen e Fishbein (1980) utilizou-se, para tal, o modelo da regressão múltipla para cada um dos partidos políticos em foco. A utilização deste modelo mostrou-se adequada na medida em que está associado à realização de previsões e o que se pretendia, especificamente, com este trabalho era prever quais as variáveis que prediziam a intenção de voto em cada um dos partidos. Assim, com a utilização desta análise, foi possível relacionar a intenção de voto (variável critério) com um conjunto de variáveis consideradas predictoras.

Assim, chegou-se à seguinte equação de regressão para a intenção de voto no partido político CDS/PP:  $\text{Intenção de voto no CDS/PP} = -0.27 + 0.43 \times \text{votar no CDS/PP} \dots$  (positivo/negativo) +  $0.24 \times \text{atitude face ao CDS/PP}$  (crenças comportamentais x avaliação das consequências) +  $0.19 \times \text{comportamento passado}$ . A variabilidade da intenção de voto no CDS/PP é explicada por 39.5% da variável votar no CDS/PP é positivo/negativo, 5% da variável atitude face ao CDS/PP e 3% da variável comportamento passado (Quadro 1).

Tendo por base o PSD, chegou-se à seguinte equação de regressão para a intenção de voto:  $\text{Intenção de voto no PSD} = -0.27 + 0.49 \times \text{votar no PSD} \dots$  (positivo/negativo) +  $0.21 \times \text{comportamento passado} + 0.21 \times \text{atitude face ao PSD}$  (crenças comportamentais x avaliação das consequências). A variabilidade da intenção de voto no PSD é explicada por 55.4% da variável votar no PSD é positivo/negativo, 4% da variável «comportamento passado e 3% da variável atitude face ao PSD (Quadro 2).

Para a intenção de voto no PS, chegou-se à seguinte equação de regressão:  $\text{Intenção de voto no PS} = -0.23 + 0.51 \times \text{votar no PS} \dots$  (positivo/negativo) +  $0.27 \times \text{comportamento passado} + 0.13 \times \text{atitude face ao PS}$  (crenças comportamentais x avaliação das consequências). A varia-

QUADRO 1

*Resultados da análise de regressão múltipla para a intenção de voto relativa ao CDS/PP*

	$\beta$	T	SIGNIF.
<b>Variáveis na equação</b>			
votar no CDS/PP é positivo/negativo	.43	5.69	.000
atitude face ao CDS/PP (crenças x avaliação)	.24	3.28	.001
comportamento passado	.19	2.97	.003
<b>Variáveis fora da equação</b>			
norma subjectiva (crenças x motivação)	.01	.22	.828
votar é importante	-5.15	-.00	.993
defesa da soberania	.08	1.39	.165
ter ou não a 4.ª classe	1.14	.00	.998
ter ou não o ciclo preparatório	-.11	-1.88	.063
ter ou não o 9.º ano	-.02	-.28	.779
ter ou não o 11.º ano	.05	.78	.437
ter ou não o 12.º ano	.01	.26	.799
ter ou não o bacharelato	.02	.46	.648
sexo (feminino/masculino)	.08	1.35	.180
R2aj.=	.47		
F =	43.72263		

QUADRO 2

*Resultados da análise de regressão múltipla para a intenção de voto relativa ao PSD*

	$\beta$	T	SIGNIF.
<b>Variáveis na equação</b>			
votar no PSD é positivo/negativo	.49	6.98	.000
atitude face ao PSD (crenças x avaliação)	.21	3.20	.001
comportamento passado	.21	3.30	.001
<b>Variáveis fora da equação</b>			
norma subjectiva (crenças x motivação)	.09	1.35	.179
ter ou não a 4.ª classe	.05	1.04	.297
ter ou não o ciclo preparatório	.02	.42	.670
ter ou não o 9.º ano	-.07	-1.45	.147
ter ou não o 11.º ano	.01	.22	.824
ter ou não o 12.º ano	.07	1.33	.183
ter ou não o bacharelato	-.07	-1.27	.204
sexo (feminino/masculino)	-.04	-.82	.409
R2aj.=	.61		
F =	78.67880		

bilidade da intenção de voto no PS é explicada por 54.4% da variável votar no PS é positivo/negativo, 6% da variável comportamento passado e 1.4% da variável atitude face ao PS (Quadro 3).

Chegou-se à seguinte equação de regressão para a intenção de voto no PCP: Intenção de voto no PCP = .56 + .44 x votar no PCP é... (positivo/negativo) + .33 x comportamento passado + .14 x habilitações literárias. A variabilidade da intenção de voto no PCP é explicada por 38.5% da variável votar no PCP é positivo/negativo, 10% da variável comportamento passado e 2% da variável habilitações literárias (Quadro 4).

#### 4. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Sendo o objectivo deste trabalho o de testar o modelo de Ajzen e Fishbein, seguindo a investigação de Echabe et al. (1988), a consideração das hipóteses em estudo revelou o seguinte:

A hipótese de que o comportamento passado tem uma maior influência na predição da intenção do comportamento de voto relativamente a cada um dos quatro partidos políticos mencionados (CDS/PP, PSD, PS e PCP), do que a atitude e a norma subjectiva foi confirmada na sua maioria, à excepção da intenção de voto relativamente ao CDS/PP. Para este partido político, a atitude teve uma maior influência na predição da intenção de voto do que o comportamento passado.

A hipótese de que a norma subjectiva tem uma maior importância na predição do comportamento de voto do que a atitude não foi confirmada para qualquer um dos partidos políticos em foco. Aliás, a norma subjectiva não se pôde sequer considerar como uma variável preditora da intenção de voto para qualquer um deles. Isto parece corroborar o que pode ser considerado o ponto de vista, sobre esta matéria, da Escola de Michigan. Assim, segundo Fishbein e Ajzen (1981), a abordagem desta escola pode ser vista como implicando que a componente atitudinal seja um determinante mais importante das intenções de voto do que a componente normativa. Aliás, estes mesmos autores assumiram que a importância da componente atitudinal e normativa varia segundo as intenções e as pessoas em questão (Manstead, & Smart, 1983). No que

respeita à intenção de voto, estes autores afirmaram existir uma noção que indica que a influência interpessoal se torna mais importante quanto mais nos movemos de eleições nacionais para eleições locais. Assim, a fraca predição alcançada no presente estudo pela norma subjectiva pode ser argumentada como sendo um reflexo do facto das eleições em causa terem sido relativas ao Parlamento Europeu. De acordo com Cialdini et al. (1981) outros estudos que empregaram este modelo mostraram, também, que o impacto das atitudes é geralmente mais substancial do que o das normas subjectivas (Hoogstraten, Haan, & Horst, 1985). Dadas as correlações positivas significativas registadas entre a atitude e a norma subjectiva para os quatro partidos políticos, pode afirmar-se, tal como Fredricks e Dossett (1983) o fizeram, que a ausência da norma subjectiva na predição de voto se deve ao facto de existir a possibilidade de que as influências sociais possam, igualmente, ser determinantes indirectos da intenção através do seu efeito nas atitudes.

Relativamente às outras variáveis em estudo, é de salientar que o único partido político em relação ao qual as habilitações literárias se revelaram importantes na predição da intenção de voto foi o PCP. Este resultado veio infirmar, no espectro português, a tese defendida por Palombara (1982) de que altos níveis de educação levam os eleitores a apoiar os partidos comunistas.

Uma limitação deste estudo é o facto de não ter permitido uma comparação completa com o trabalho efectuado por Ajzen e Fishbein (1980) nem confirmar o estudo de Bentler e Speckart (1979) na sua totalidade, já que apenas focou a predição da intenção de voto para cada um dos partidos políticos em questão. É de lamentar não se ter observado o comportamento de voto dos indivíduos, mas isso exigia uma identificação dos sujeitos da amostra *à priori*, facto que era impossível dado o assunto que estava em estudo: A orientação partidária dos indivíduos. Este é um tema que provoca um certo constrangimento nos indivíduos. Eles não se encontram receptivos a um questionário deste tipo. Foi por esta razão que a amostra deste estudo contou, sobretudo, com estudantes universitários, já que foram aqueles que se mostraram mais disponíveis.

Seria aconselhável efectuar-se um trabalho

QUADRO 3

*Resultados da análise de regressão múltipla para a intenção de voto relativa ao PS*

	$\beta$	T	SIGNIF.
<b>Variáveis na equação</b>			
votar no PS é positivo/negativo	.51	7.69	.000
atitude face ao PS (crenças x avaliação)	.13	2.32	.021
comportamento passado	.27	4.49	.000
<b>Variáveis fora da equação</b>			
norma subjectiva (crenças x motivação)	.02	.47	.639
votar é importante	-.01	-.34	.734
ter ou não a 4. <sup>a</sup> classe	.08	1.67	.095
ter ou não o ciclo preparatório	.01	.35	.725
ter ou não o 9. <sup>o</sup> ano	-.04	-.81	.413
ter ou não o 11. <sup>o</sup> ano	-.03	-.75	.451
ter ou não o 12. <sup>o</sup> ano	.06	1.27	.205
ter ou não o bacharelato	-.01	-.23	.811
sexo (feminino/masculino)	.07	1.52	.128
R2aj.=	.60		
F =	77.16724		

QUADRO 4

*Resultados da análise de regressão múltipla para a intenção de voto relativa ao PCP*

	$\beta$	T	SIGNIF.
<b>Variáveis na equação</b>			
votar no PCP é positivo/negativo	.44	6.70	.000
comportamento passado	.33	4.92	.000
ter ou não a 4. <sup>a</sup> classe	.14	2.51	.012
<b>Variáveis fora da equação</b>			
atitude face ao PCP (crenças x avaliação)	.02	.28	.774
norma subjectiva (crenças x motivação)	.09	1.44	.149
ter ou não o ciclo preparatório	.04	.80	.423
ter ou não o 9. <sup>o</sup> ano	-.00	-.04	.965
ter ou não o 11. <sup>o</sup> ano	-.05	-.88	.379
ter ou não o 12. <sup>o</sup> ano	.10	1.72	.086
ter ou não o bacharelato	-.11	-1.89	.060
sexo (feminino/masculino)	.06	1.17	.240
R2aj.=	.49		
F =	49.45834		

deste tipo mas tomando em consideração todo o modelo, incluindo o comportamento de voto. Seria bastante interessante que essa amostra compreendesse indivíduos de várias idades, profissões, de diferentes estatutos socio-económicos e de diversas partes do país, ou seja, que fosse uma amostra representativa da sociedade portuguesa. Dado que se obtiveram resultados positivos com a integração de outras variáveis no estudo, valeria a pena avançar com elas nos próximos trabalhos a realizar sobre esta teoria.

O presente estudo veio fornecer apoio para os trabalhos de vários autores relativamente ao papel do comportamento passado na intenção comportamental (Bentler, & Speckart, 1979, 1981; Manstead, Proffit, & Smart, 1983; Budd, North, & Spencer, 1984; Hoogstraten, Haan, & Horst, 1985; Echabe, & Rovira, 1988). A introdução de outras variáveis, além do comportamento passado, tais como as habilitações literárias e a confrontação dos indivíduos com o facto de votarem nesses partidos políticos utilizando a dimensionalidade positivo-negativo, veio demonstrar que nem só a atitude (como produto) e a norma subjectiva podem ter efeito, de uma forma directa, sobre a intenção.

Não se pode deixar, porém, de considerar uma via alternativa face aos resultados deste estudo na medida em que os sujeitos responderam em termos das suas percepções relativamente ao espectro político, formando, desta forma, padrões de voto específicos nas suas crenças acerca dos partidos.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abrams, D., & Emler, N. (1992). Self-denial as a paradox of political and regional social identity: Findings from a study of 16 - and 18 - years - old. *European Journal of Social Psychology*, 22, 279 - 295.
- Aguiar, J. (1985). Partidos, estruturas patrimonialistas e poder funcional: A crise da legitimidade. *Análise Social*, 21, 759-783.
- Aguiar, J. (1988). Democracia pluralista, partidos políticos e relação de representação. *Análise Social*, 24, 59-76.
- Aguiar, J. (1990a). As funções dos partidos nas sociedades modernas. *Análise Social*, 25, 287-331.
- Aguiar, J. (1990b). Sociedade fragmentada e clivagens políticas. *Análise Social*, 25, 545-587.
- Ajzen, I. (1987). Attitudes, traits and actions: Dispositional prediction of behavior in personality and social Psychology. In Berkowitz (Ed), *Advances in experimental social Psychology* (Vol. 20, pp. 1-63). San Diego: Academic Press, Inc.
- Alaphilippe, D. (1987). Attitudes et comportements politiques d'une population d'étudiants. *Bulletin de Psychologie*, 379, 449-460.
- Bagozzi, R. (1981). Attitudes, intentions and behavior: A test of some key hypotheses. *Journal of Personality and Social Psychology*, 41(4), 607-627.
- Bagozzi, R. P., & Burnkrant, R. E. (1985). Attitude organization and the attitude-behavior relation: A reply to Dillon and Kumar. *Journal of Personality and Social Psychology*, 49 (1), 47-57.
- Braga da Cruz, M. (1985). A participação política da juventude em Portugal. *Análise Social*, 21, 1067-1088.
- Bruneau, T., & MacLeod, A. (1986). *Politics in contemporary Portugal. Parties and consolidation of democracy*. Colorado: Lynne Rienner Publishers.
- Bryman, A., & Cramer, D. (1992). *Análise de dados em ciências sociais. Introdução às técnicas utilizando o SPSS*. Oeiras: Celta Editora.
- Budd, R., North, D., & Spencer, C. (1984). Understanding seat-belt use: A test of Bentler and Speckart's extension of the «theory of reasoned action». *European Journal of Social Psychology*, 14, 69-78.
- Budd, R., & Spencer, C. (1985). Exploring the role of personal normative beliefs in the theory of reasoned action: The problem of discriminating between alternative path models. *European Journal of Social Psychology*, 15, 299-313.
- CDS/PP (1994). *A verdade sobre o federalismo*. Lisboa
- CDS/PP (1994). *Manifesto Eleitoral: Eleições para o Parlamento Europeu*. Lisboa
- Cooper, J., & Croyle, R. (1984). Attitudes and attitude change. In M. Rosenzweig, & L. Porter (Eds), *Annual review of psychology* (Vol. 35, pp. 395-426). California: Annual review Inc.
- D' Hainaut, L. (1992). Correlação entre três variáveis. In L. D' Hainaut (Ed.), *Conceitos e métodos da estatística* (Vol. II, pp. 120-150). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Echabe, A. E., Rovira, D. P., & Garate, J. F. (1988). Testing Ajzen and Fishbein's attitudes model: The prediction of voting. *European Journal of Social Psychology*, 18, 181-189.
- Emler, N., Renwick, S., & Malone, B. (1983). The relationship between moral reasoning and political orientation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 45 (5), 1073-1080.
- Fazio, R. (1986). How do attitudes guide behavior?. In R. M. Sorrentino, & T. E. Higgins (Eds), *Handbook of motivation and cognition. Foundations of social behavior* (pp. 204-243). New York: John Wiley and Sons.

- Fishbein, M., & Ajzen, I. (1981). Attitudes and voting behavior: An application of the theory of reasoned action. In G. M. Stephenson, & J. M. Davis (Eds), *Progress in applied social psychology* (Vol. I, pp. 253-313). New York: John Wiley and Sons.
- Fredricks, A. J., & Dossett, D. L. (1983). Attitude-behavior relations: A comparison of the Fishbein-Ajzen and the Bentler-Speckart models. *Journal of Personality and Social Psychology*, 45 (3), 501-512.
- Hastie, R. (1986). A primer of information-processing theory for the political scientist. In D. Sears (Ed.), *Political cognition* (pp. 11-39). London: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Heimer, F., Vala, J., & Leite Viegas, J. (1990a). Padrões de cultura política em Portugal: Atitudes em relação à democracia. *Análise Social*, 25, 31-56.
- Heimer, F., Vala, J., & Leite Viegas, J. (1990b). Cultura política: Uma leitura interdisciplinar. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 8, 9-28.
- Heimer, F. (1991). Eleitorados e atitudes face à democracia: Uma nota de pesquisa. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 9, 139-159.
- Hoogstraten, J., Haan, W., & Horst, G. (1985). Stimulating the demand for dental care: An application of Ajzen and Fishbein's theory of reasoned action. *European Journal of Social Psychology*, 15, 401-414.
- Kumar, A., & Dillon, W. R. (1985). Attitude organization and the attitude-behavior relation: A critique of Bagozzi and Burnkrant's reanalysis of Fishbein and Ajzen. *Journal of Personality and Social Psychology*, 49 (1), 33-46.
- La Palombara, J. (1982). Participação política e estrutura social. In J. Palombara (Ed.), *A Política no interior das nações* (pp. 389-429). Brasília: Universidade de Brasília.
- Lane, R. (1963). Political and Psychology. In S. Koch (Ed), *Psychology: A study of a science. Investigations of man as socius: Their place in psychology and the social sciences* (pp. 583-638). New York: McGraw-Hill Book Company.
- Lane, J. E., & Ersson, S. (1987). *Politics and society in Western Europe*. London: Sage Publication.
- Lima, M. (1993). Atitudes. In J. Vala, & M. Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (pp. 167-199). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Manstead, A., Proffit, C., & Smart, J. (1983). Predicting and understanding mothers' infant-feeding intentions and behavior: Testing the theory of reasoned action. *Journal of Personality and Social Psychology*, 44 (4), 657-671.
- McGuire, W. (1985). Attitudes and attitude change. In G. Lindzey, & E. Aronson (Eds), *The handbook of social psychology* (Vol. II, pp. 233-346). New York: Newbery Award Records, Inc.
- Ortberg, J., & Gorsuch, R. L. (1983). Moral obligation and attitudes: Their relation to behavioral intentions. *Journal of Personality and Social Psychology*, 44, 1025-1028.
- Pagel, M., & Davidson, A. (1984). A comparison of three social-psychological models of attitude and behavioral plan: Prediction of contraceptive behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, 47 (3), 517-533.
- Pieters, R. G. M. (1988). Attitude-behavior relationships. In W. F. Van Raaij, G. M. Van Veldhoven, & K. E. Wärneryd (Eds), *Handbook of economic psychology* (pp. 147-204). Dordrecht: Klumer Academic Publishers.
- Prislin, R. (1987). Attitude-behavior relationship: Attitude relevance and behavior relevance. *European Journal of Social Psychology*, 17, 483-485.
- Sears, D. (1969). Political behavior. In G. Lindzey, & Aronson (Eds), *Handbook of Social Psychology* (Vol. 5, pp. 315-458). California: Addison-Wesley Publishing Company, Inc.
- Stahlberg, D., & Frey, D. (1988). Attitudes I: Structure, measurement and functions. In M. Hewstone, W. Stroebe, J. P. Codol, & G. Stephenson (Eds), *Introduction to social psychology*, (pp. 142-164). New York: Basil Blackwell, Ltd.
- Stock, M. J. (1988). A imagem dos partidos e a consolidação democrática em Portugal - Resultados dum inquérito. *Análise Social*, 24, 151-161.
- Stroebe, W., & Jonas, K. (1988). Attitudes II: Strategies of attitude change. In M. Hewstone, W. Stroebe, J. P. Codol, & G. Stephenson (Eds), *Introduction to social psychology*, (pp. 167-193). New York: Basil Blackwell, Ltd.
- Vala, J., & Caetano, A. (1993). Atitudes dos estudantes universitários face às novas tecnologias de informação: Construção de um modelo de análise. *Análise Social*, 28, 523-553.
- Vallerand, R., Deshaies, P., Cuerrier, J., Pelletier, L., & Mongeau, C. (1992). Ajzen and Fishbein's theory of reasoned action as applied to moral behavior: A confirmatory analysis. *Journal of Personality and Social Psychology*, 62 (1), 98-109.
- Weber, M. (1969). Classe, status, partido. In A. R. Bertelli, M. G. Palmeira, & O. G. Velho (Eds), *Estrutura de classes e estratificação social* (pp. 57-75). Rio de Janeiro: Zahar Editores.

## RESUMO

Este estudo teve como objectivo testar a teoria da acção racional de Ajzen e Fishbein (1980) tentando-se, para o efeito, analisar se o facto de existir uma atitude, uma norma subjectiva e um comportamento passado favoráveis aos partidos políticos CDS/PP, PSD, PS e PCP, levava a uma intenção para votar nesses partidos. A amostra deste estudo foi constituída por 160 sujeitos, 91 homens (57 %) e 69 mulheres (43%). O questionário utilizado foi aplicado um mês antes das eleições para o Parlamento Europeu, que se realizaram no dia 12 de Junho de 1994. Registou-se, para todos

os partidos políticos, uma igualdade em termos de algumas variáveis apresentadas como preditoras da intenção de voto, sendo estas a atitude face ao voto nesses partidos, medida através de uma escala única obedecendo à dimensionalidade positivo/negativo, e o comportamento passado. Em relação à variável atitude como produto de crenças x avaliações, e apesar desta variável se ter revelado preditora da intenção de voto no CDS/PP, PSD e PS, não se mostrou relevante relativamente à intenção de voto no PCP. É de salientar ainda que as habilitações literárias se apresentaram como preditoras da intenção de voto no PCP, ou seja, quanto menos habilitações os sujeitos possuíam, maior era a sua intenção de votar nesse partido.

Não se pode deixar de ter em atenção uma via alternativa em relação aos resultados deste estudo já que os sujeitos responderam em termos das suas percepções relativamente ao espectro político, formando, desta forma, padrões de voto específicos nas suas crenças acerca dos partidos considerados.

#### ABSTRACT

The aim of this research was to test Ajzen and

Fishbein's (1980) theory of reasoned action in the portuguese political field. Also we considered Bentler and Speckart's (1979) model. Four portuguese political parties were considered: The Popular Party (CDS/PP), the Liberal/Democratic/Reformist Party (PSD), the Socialist Party (PS) and the Communist Party (PCP). 160 voluntary subjects, 91 men and 69 women, participated. A questionnaire, based on Echabe and Rovira's (1988) paper was developed and applied one month before the elections held, for the European Parliament, on the 12th June 1994. For all the political parties considered, two variables emerged as good predictors of vote intention: party attitudes, following value measured by a single positive-negative scale, and past behavior. Except for the Communist party, attitude as a product of beliefs x valuations revealed to be a good predictor of the vote intention. Unexpectly, Communist party's vote intention increased as scholar qualifications of the subjects decreased.

An alternative view of the data which we cannot disregard is that our subjects responded in terms of their perceptions of the political party spectrum thus framing specific voting patterns in their beliefs about the subject.